

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2016/2017

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC001677/2016
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/07/2016
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR033514/2016
NÚMERO DO PROCESSO: 46220.003689/2016-14
DATA DO PROTOCOLO: 28/06/2016

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND COND VEIC AUTOM TRAB TRANSP ROD CARGAS PASS ITAJAI, CNPJ n. 83.824.797/0001-79, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO JOSE DE BORBA;

E

AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA, CNPJ n. 03.094.629/0001-36, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). JURANDIR JOSE DA SILVA ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2016 a 30 de abril de 2017 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos condutores de veículos automotores, trabalhadores em empresas de transportes rodoviários de cargas secas, inflamáveis, líquidas e gasosas; derivados de petróleo, produtos químicos, inflamáveis tóxicos ou perigosos, gás liquefeitos de petróleo incluindo álcool de qualquer espécie, na forma líquida ou gasosa, com abrangência territorial em Balneário Camboriú/SC, Balneário Piçarras/SC, Bombinhas/SC, Camboriú/SC, Ilhota/SC, Itajaí/SC, Itapema/SC, Luiz Alves/SC, Navegantes/SC, Penha/SC e Porto Belo/SC.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - DO SALÁRIO NORMATIVO

1 - Fica assegurado aos motoristas o piso salarial de R\$ 1.562,00 (mil quinhentos e sessenta e dois reais) por mês ou R\$ 7,10 (sete reais e dez centavos) por hora, a partir de 01.05.2016.

2 - Se a empresa abrir filiais em cidades que não haja previsão de pisos salariais, estas serão objeto de termo aditivo ao Acordo Coletivo.

Descontos Salariais

CLÁUSULA QUARTA - MENSALIDADE DO SINDICATO

A empresa poderá efetuar o desconto em folha do pagamento das mensalidades do Sindicato dos motoristas associados, recolhendo-as à Entidade Profissional até o 10º(décimo) dia útil do mês subsequente ao desconto, desde que o Sindicato Profissional forneça as guias próprias em tempo hábil.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA QUINTA - DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS

A empresa será obrigada a fornecer, no ato do pagamento, envelope ou documento dos valores que o empregado receber, inclusive o valor dos depósitos do FGTS.

CLÁUSULA SEXTA - QUITAÇÃO DOS VERBAS

Todos os pagamentos salariais, bem como a rescisão de contrato de trabalho, deverão ser realizados no domicílio contratual do empregado.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ANTECIPAÇÕES DO 13º SALÁRIO

1 - Faculta-se a empresa pagar o décimo terceiro salário até o dia 20 de dezembro de cada ano, para todos os motoristas abrangidos pelo presente acordo coletivo.

2 - A empresa antecipará 50% (cinquenta por cento) do valor do décimo terceiro salário do empregado por ocasião de suas férias anuais, desde que o requeira, por escrito, no mês de janeiro do ano em que as gozará.

Adicional Noturno

CLÁUSULA OITAVA - JORNADA NOTURNA

Os empregados que trabalharem em horário noturno, segundo definido na CLT, perceberão as horas trabalhadas com o adicional de 20% (vinte por cento) de acréscimo.

Prêmios

CLÁUSULA NONA - PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO

1 - O prêmio por tempo de serviço será pago mensalmente, de forma não cumulativa, e contemplará todo o empregado que tenha completado o tempo de serviço, *no mesmo contrato de trabalho*, conforme abaixo indicado:

1 ano a 2 anos e onze meses = 5% sobre o salário base

3 anos a 4 anos e onze meses	=	8%	sobre o salário base
5 anos a 9 anos e onze meses	=	10%	sobre o salário base
10 anos a 14 anos e onze meses	=	15%	sobre o salário base
15 anos a 19 anos e onze meses	=	20%	sobre o salário base
20 anos ou mais	=	25%	sobre o salário base

2 - O prêmio por tempo de serviço não tem natureza salarial para fins da equiparação salarial definida no art. 461 da CLT, e deverá ser efetivamente quitado no mês seguinte àquele em que o empregado completar o número de anos de serviço, ininterruptos, na mesma empresa definidos na tabela acima.

3 - O valor do prêmio por tempo de serviço constará de forma destacada no envelope de pagamento não podendo ser englobado com outras verbas de natureza salarial.

4 - Os percentuais fixados no item 1, desta cláusula, permanecerão inalterados durante a vigência deste acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRÊMIO FREQUÊNCIA

A empresa concederá premiação mensal aos empregados que preencherem as condições estabelecidas nos parágrafos seguintes desta cláusula, decorrente da frequência.

1 - O empregado fará *jus* mensalmente ao prêmio, tendo como referência os valores e o cumprimento da frequência, abaixo referidos:

- R\$ 145,59 para frequência absoluta;

- R\$ 121,33 até 1 (uma) ausência;
- R\$ 91,00 até 2 (duas) ausências;
- acima de 2 (duas) ausências o empregado não terá direito a qualquer valor.

2 - Fica ajustado que não haverá pagamento proporcional da premiação prevista no item 1, desta cláusula. O empregado receberá a premiação quando permanecer na condição de ativo durante o mês de referência, que inicia no dia 21 do mês anterior estendendo-se até o dia 20 do mês de referência. A aludida condição aplica-se também para os afastados com retorno ao trabalho e desligados ou demissionários.

3 - Somente serão admitidas como ausências justificadas, aquelas descritas a seguir:

- falecimento de cônjuge, pai, mãe, filho (3 dias úteis);
- casamento (3 dias úteis);
- nascimento de filho (5 dias);
- internação de cônjuge, filho, pai, mãe, dependente com necessidades especiais, desde que comprovada a condição de dependência econômica, relacionada ao empregado (2 dias corridos por evento, limitado a 3 vezes por ano).

4 - Para aferição do direito do empregado ao prêmio ora estabelecido, a empresa deverá manter controle diário de frequência, mecânico ou manual, para registro da jornada de trabalho, presumindo-se na inexistência de tais controles, ser devido o prêmio de Frequência.

5 - O Prêmio Frequência em nenhuma hipótese se integrará ao salário contratual para qualquer fim, devendo ser pago em destaque na folha de pagamento. O valor da premiação servirá de média variável para o cálculo das férias anuais e 13º salário.

6 - O benefício não tem natureza salarial para fins da equiparação salarial definida no art. 461 da CLT.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REEMBOLSO DE DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO

1 - Quando o tipo de atividade do motorista traz dificuldades ao recebimento de refeição no local de trabalho, ou por interesse entre as partes, a empresa, durante a vigência do presente acordo coletivo, poderá fornecer vale-alimentação ou vale-refeição para ressarcimento dos gastos com alimentação.

2 - A Empresa reembolsará ao funcionário, até o dia 20 do mês seguinte.

3 - Por se tratar de programa amparado em lei específica nº 6321/76 - P.A.T. - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR, conforme seu artigo 3º, o valor de reembolso não tem caráter salarial, e não incorpora à remuneração para qualquer efeito, não sofrendo também reflexo em férias, 13º salário ou verbas rescisórias.

4 - O valor do reembolso será equivalente a R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, entregues em vale alimentação ou vale refeição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RESSARCIMENTOS DAS DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO

Os motoristas ausentes da empresa, mas a serviço, por um período de 08 (oito) até 24 (vinte e quatro) horas, farão jus a uma diária de alimentação equivalente a R\$ 30,70 (trinta reais e setenta centavos) por dia.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO FUNERAL

A empresa pagará a seus dependentes legais, em caso de falecimento do motorista, o valor equivalente a 02 (dois) salários percebidos pelo mesmo na época do óbito, juntamente com a rescisão do contrato de trabalho.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

A empresa fica obrigada a manter seguro de vida em grupo para todos os seus motoristas abrangidos por este acordo coletivo.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REGISTRO DE EMPREGADO

Fica vedada anotação na CTPS do motorista, qualquer outro título ou adjetivo acompanhando a palavra motorista, evitando assim prejudicar o trabalhador na obtenção de sua aposentadoria.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AVISO PRÉVIO

Os motoristas que contarem com mais de 10 (dez) anos de serviços na mesma empresa, de forma ininterrupta, terão direito a aviso prévio de sessenta (60) dias, em caso de dispensa sem justa causa.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES DE CONTRATO

1 - Após o 6º (sexto) mês de atividade ininterrupta na mesma empresa, as homologações de rescisões de contrato de trabalho deverão ser feitas no Sindicato dos empregados.

2 - A empresa, no ato da homologação, deverá apresentar, além dos documentos exigidos em lei, 05 (cinco) vias do termo de rescisão, destinando-se uma para a empresa, três para o empregado e uma para os arquivos do Sindicato Profissional.

3 - A empresa, no ato das homologações, deverá apresentar os comprovantes de pagamento do exame médico demissional de que trata a Portaria MTB/SSST nº 024 de 24.12.94.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESPONSABILIDADE DOS MOTORISTAS

1 - O descumprimento proposital, desatencioso ou negligente das normas de trânsito, pelo motorista, responsabilizá-lo-á penal, financeira e administrativamente.

2 - O motorista é responsável pela segurança, limpeza e manutenção do veículo a ele confiado, devendo efetuar diariamente a inspeção dos componentes que impliquem na segurança, tais como:

- Calibragem dos pneus, funcionamento dos freios, luzes, sinaleiras de direção, limpadores de para-brisa, nível de água no sistema de refrigeração, nível de óleo, nível de

combustível, cabendo ao mesmo comunicar a direção da empresa ou a quem por ela for indicado, pelos meios mais rápidos, para que sejam tomadas as providências imediatas que o caso exigir.

3 - Ao motorista cabe a responsabilidade por toda e qualquer infração de trânsito, notificada e por ele cometida, imposta ao veículo e a ele, desde que apurada sua culpa.

4 - Arcará o motorista, quando comprovada a sua culpa ou dolo, pelo extravio de ferramentas e acessórios bem como por danos causados no veículo no qual é condutor ou em relação a terceiros em acidente de trânsito, quando também for apurada sua culpabilidade.

Outras estabilidades

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - GARANTIAS ESPECIAIS DE EMPREGO

1 - Será nula a dispensa, sem justa causa, da empregada gestante, a partir da efetiva apresentação do atestado médico ou do teste laboratorial comprobatório da gravidez, até cinco meses após o parto;

2 - Não poderá ser dispensado da empresa o empregado que contar com 05 (cinco) ou mais anos de serviço ininterruptos, e que tenham a idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos e desde que falte 01 (um) ano para completar o período aquisitivo de sua aposentadoria, quer especial, quer por tempo de serviço, ressalvando-se a rescisão por justa causa, pedido de demissão, acordo entre as partes, transferência da empresa para outra cidade ou encerramento de atividade da filial da empresa, cessando a garantia supra ao completar o período aquisitivo, ou seja, 25 anos para aposentadoria especial e 30 anos para aposentadoria por tempo de serviço.

Para fazer jus ao benefício aqui previsto, o trabalhador terá que comunicar à Empresa, formalmente e por escrito, no momento da aquisição do direito à aposentadoria, que comprove seu direito à estabilidade. A falta de comunicação desobrigará a empresa da concessão do benefício estabelecido nesta cláusula.

3 - O motorista afastado por acidente de trabalho gozará de garantia de emprego e salário nos termos da legislação em vigor.

4 - Em qualquer das hipóteses contempladas nas garantias acima, ficam ressalvadas as dispensas por justa causa ou pedido de demissão.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A Empresa poderá ultrapassar a duração da jornada contratual de trabalho sem a obrigação do pagamento de horas extras ao empregado, desde que compensado este acréscimo com folga em outro dia da jornada, respeitados os limites impostos pelo Artigo 7º, XIII da Constituição Federal de 1988, do Art. 59 § 2º da C.L.T., e da Súmula de nº 108 do T.S.T.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

A empresa poderá controlar o horário de trabalho de seus motoristas por meio do Livro ou Cartão Ponto, Mapas de Viagem ou Discos de Tacógrafos, Folhas Ponto, Cartão de Controle de Horário Externo se houver e sendo possível, pagando-lhes as jornadas extraordinárias efetivamente laboradas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTAS AO EMPREGADO ESTUDANTE

O empregado regularmente inscrito em curso oficial e que necessite se submeter a provas periódicas terá sua falta abonada, desde que a mencionada prova seja realizada no horário de trabalho e que tenha comunicado a empresa com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas. A empresa poderá exigir a comprovação, por parte do empregado, da inscrição no curso e do horário da prova.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

O empregado poderá ausentar-se da empresa, sem prejuízo de sua remuneração, nas seguintes hipóteses e pelos seguintes prazos:

- a) Casamento: 03 (três) dias úteis;
- b) Falecimento de cônjuge, filho, pai e mãe: 03 (três) dias úteis;
- c) Internação do cônjuge, filho, pai, mãe ou dependente com necessidades especiais, desde que comprovada a condição de dependência econômica relacionada ao empregado (a): 02 (dois) dias corridos por evento, limitado 3 vezes ao ano;
- d) Nascimento de filho: 05 (cinco) dias (atº 10, § 1º, Disp. Trans., CF/88).

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO DOS COLETORES DO 3º (TERCEIRO) TURNO, SOMENTE PARA A CI

1 - A jornada é de domingo a sexta, das 22h35min à 02h00min e das 03h00min às 06h07min.

2 - Fica convencionado que as horas laboradas no domingo (22h35min às 02h00min e 03h00min às 06h07min) não serão consideradas como extras, e sim como horas normais, desde que respeitado o repouso semanal remunerado aos sábados. Do contrário, todas as horas do sábado trabalhado, serão acrescidas com adicional de 100%.

3 - Dada a natureza do serviço (essencial), fica estipulado que aos sábados, haverá atendimento da região central da cidade, em escala de revezamento, uma nova equipe a cada sábado e que, para essa equipe, o repouso semanal remunerado permanecerá aos domingos.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS FÉRIAS PROPORCIONAIS NO PEDIDO DE DEMISSÃO

Os empregados que contarem com no mínimo, 03 (três) meses na empresa e pedirem demissão, terão direito a 50% (cinquenta por cento) do valor das férias proporcionais respectivas.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - UNIFORMES

Quando exigido pela empresa ou autoridade competente, o uso de uniforme completo, pelo trabalhador, inclusive calçado e equipamentos de segurança - EPI, a empresa fornecerá, anualmente, dois jogos para os motoristas. No caso de rescisão de contrato de trabalho, o motorista beneficiado restituirá os uniformes e equipamentos que recebeu, sob pena de ser descontado de seus haveres o valor correspondente aos mesmos. Na mesma pena incorrerá o motorista que extraviar ou danificar, por culpa ou dolo, aqueles uniformes e equipamentos.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS:

Os atestados fornecidos por médicos e dentistas do INSS, do sindicato da categoria profissional ou mesmo particular, serão plenamente aceitos quando vistados pelo médico da empresa se houver.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FILIAÇÃO SINDICAL

A empresa colaborará na filiação sindical de seus motoristas, apresentando, com os demais documentos, no ato da admissão, proposta de ingresso no quadro social da categoria profissional. Da mesma forma, colaborará, com relação aos empregados antigos e não filiados, cabendo ao Sindicato dos empregados fornecer as propostas e demais materiais necessários.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

1 - Para auxiliar na manutenção dos serviços sociais do Sindicato Profissional, a empresa contribuirá no mês de junho/2016 com o valor de:

- SITRAROIT: R\$ 4.150,00

2 - O valor acima fixado deve ser recolhido em guia própria fornecida pelo sindicato profissional e será pago na sede da entidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - COMUNICAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO ESPONTÂNEA

1 - A empresa que conceder antecipações espontâneas, além daquelas previstas em lei, deverá comunicar, por escrito, ao Sindicato da classe qual a antecipação concedida.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - NORMAS CONVENCIONAIS

Nenhum dispositivo do contrato individual de trabalho, que contrarie normas deste Acordo, poderá prevalecer, e será considerado nulo de pleno direito. Por outro lado, as normas estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho firmada pelos sindicatos (laboral e patronal), não se sobrepõem a este Acordo Coletivo de trabalho e não se aplicam aos empregados da empresa ora acordante.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MULTAS

Por qualquer infração e/ou descumprimento das cláusulas deste Acordo Coletivo de Trabalho, ficará a empresa sujeita a uma multa de 01 (um) salário mínimo, por infração, independente do número de motoristas, que se reverterá em favor dos trabalhadores envolvidos.

JOAO JOSE DE BORBA

Presidente

SIND COND VEIC AUTOM TRAB TRANSP ROD CARGAS PASS ITAJAI

JURANDIR JOSE DA SILVA

Procurador

AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA

ANEXOS

ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA AMBIENTAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.